

PORTARIA Nº 62, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições previstas no art. 105, Parágrafo Único, incisos III e V e no art. 182, II, V, X e XVI do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, regulamentado pelo Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, bem como nos termos da Lei Distrital nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017 e nos demais normativos que dispõem sobre o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, resolve:

Art. 1º Tornar público, para o exercício de 2021, o valor de R\$ 5.802.000,00 (cinco milhões, oitocentos e dois mil reais) em despesas de capital, categoria de despesa 445042 do Programa de Trabalho nº 12.122.6221.9068.0001, no âmbito do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, que serão descentralizados, em caráter complementar, diretamente às Unidades Executivas (UEs) das Coordenações Regionais de Ensino (CREs), para apoio às Unidades Escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Art. 2º Os recursos disponibilizados na presente portaria visam atender às necessidades de aquisição de materiais permanentes para as Unidades Escolares e Coordenações Regionais de Ensino.

Art. 3º Cabe às CREs, junto às Unidades Escolares, avaliar e decidir sobre a aquisição de materiais permanentes, que deverá ser apresentada por meio de documento de aprovação da destinação dos recursos pelo Conselho Escolar, até que seja regulamentado modelo próprio.

§1º Em razão da especificidade da área de atuação, as Unidades Escolares do campo, as que ofertam ensino de educação profissional, cursos técnicos, educação integral em tempo integral, educação especial, educação infantil, creche e pré-escola poderão indicar a aquisição de materiais permanentes específicos, os quais terão prioridade sobre os demais bens.

§ 2º As CREs deverão agregar todos os pedidos das Unidades Escolares para a aquisição de bens, em único processo, para só então consultar as áreas técnicas competentes acerca das autorizações para compra.

Art. 4º Ao avaliar a necessidade de aquisição dos materiais permanentes, a Coordenação Regional de Ensino deverá observar os princípios da economicidade, razoabilidade, imponibilidade e interesse público com objetivo de adquirir a proposta mais vantajosa para administração pública e, ainda, a Lei 8.666/1993.

Art. 5º Para fins de composição financeira, os valores descentralizados às UEs das CREs foram calculados com os seguintes adicionais:

I - As CREs do Núcleo Bandeirante, Planaltina e São Sebastião, por possuírem Unidades Escolares recém-criadas ou em fase de criação, receberão, por unidade escolar, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para aquisição de mobiliário e equipamentos destinados às seguintes Unidades Escolares: Centro Educacional Águas do Cerrado de Planaltina, Centro de Educação Infantil Pipiripau de Planaltina e Escola Parque da Natureza e Esporte do Núcleo Bandeirante, Centro de Educação Infantil Parque dos Ipês e Unidade Escolar que está sendo adaptada no abrigo público de São Sebastião.

II - a CRE do Plano Piloto receberá o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para apoio ao Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE).

III - A CRE de Brazlândia receberá o valor de de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para apoio à Escola Classe Chapadinha.

Art. 6º A transferência de recursos às CREs da rede pública de ensino do Distrito Federal tem como condição a adimplência, por parte das UEs, quanto à apresentação da prestação de contas anual dos exercícios anteriores, bem como a regularidade das prestações de contas parciais do período em curso, tanto no âmbito das Unidades de Administração Geral - UNIAGs das CREs, quanto no âmbito da Gerência de Prestação de Contas - GPDESC, da Subsecretaria de Administração Geral - SUAG.

Parágrafo Único: Por ocasião das aquisições de materiais permanentes, as CREs deverão observar a adimplência quanto à apresentação das prestações de contas dos exercícios anteriores, bem como das prestações de contas parciais do período em curso pelas Unidades Escolares.

Art. 7º Os materiais permanentes adquiridos com recursos do PDAF deverão ser objeto de imediata doação por parte das UEs, para que sejam incorporados ao patrimônio da SEDF, conforme artigo 23 da Lei Distrital nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017 e legislações correlatas.

Art. 8º A liberação dos recursos ocorrerá conforme os valores descritos no Anexo Único desta Portaria, observada a disponibilidade financeira.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO CRUZ FRÓES DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Nº	CRE	Valor
1	CRE BRAZLÂNDIA	R\$ 406.000,00
2	CRE CEILÂNDIA	R\$ 776.000,00
3	CRE GAMA	R\$ 400.000,00
4	CRE GUARÁ	R\$ 232.000,00
5	CRE NÚCLEO BANDEIRANTE	R\$ 310.000,00
6	CRE PARANOÁ	R\$ 280.000,00
7	CRE PLANALTINA	R\$ 580.000,00

8	CRE PLANO PILOTO	R\$ 878.000,00
9	CRE RECANTO DAS EMAS	R\$ 232.000,00
10	CRE SAMAMBAIA	R\$ 336.000,00
11	CRE SANTA MARIA	R\$ 232.000,00
12	CRE SÃO SEBASTIÃO	R\$ 252.000,00
13	CRE SOBRADINHO	R\$ 376.000,00
14	CRE TAGUATINGA	R\$ 512.000,00
	Total	R\$ 5.802.000,00

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 56, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, por delegação de competência, conforme Portaria nº 314, de 10 de setembro de 2019, Art. 13, bem como os termos da Lei Distrital nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017 e os demais normativos que dispõem sobre o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, tendo em conta a aprovação do Projeto de Id. 52588825 constante do Despacho de Id. 52911127 carreado nos autos do processo n. 00080.00210881/2020-39, resolve:

Art. 1º Tornar público, para o exercício de 2021, o valor de R\$ 1.591.080,20 (um milhão, quinhentos e noventa e um mil, oitenta reais e vinte centavos) em despesas de custeio e de capital no âmbito do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, em caráter complementar, recursos financeiros diretamente à Unidade Executiva do Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília - CEP-EMB, em cota única, para a realização da 42ª (quadragesima segunda) edição do Curso Internacional de Verão da Escola de Música de Brasília - CIVEBRA, que é parte integrante do Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília - CEP-EMB, e das ações da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, previsto para ser realizado no início de 2021.

Art. 2º O repasse dos recursos financeiros serão distribuídos conforme os valores descritos no anexo único, previstos no Programa de Trabalho 12.122.6221.9068.0001, tendo como Natureza de Despesas 335043 (custeio) e 445042 (capital), e tem como objetivo promover ações administrativas e financeiras para assegurar a execução do Projeto Político-Pedagógico do Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília - CEP-EMB garantindo as condições adequadas para a realização da 42ª (quadragesima segunda) edição do CIVEBRA.

Art. 3º O recurso descentralizado em despesas de capital terá a finalidade específica de aquisição de instrumentos musicais, equipamentos elétrico-eletrônicos, bem como mobiliário para o Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília - CEP-EMB, ficando proibida de exercer quaisquer atividades administrativas e financeiras que não sejam exclusivamente voltadas ao atendimento das finalidades estabelecidas no ato de sua constituição, nos moldes do que determina o parágrafo único do artigo 5º da Lei n. 6.023, de 2017.

§1º Os bens patrimoniais adquiridos serão incorporados ao acervo patrimonial da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal - SEDF, em cumprimento às disposições legais do artigo 23 da Lei nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017, e ao final do processo de incorporação os bens serão transferidos para o patrimônio do Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília - CEP-EMB.

§2º Enquanto tramita o processo de incorporação dos bens, ficará o Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília - CEP-EMB responsável por sua guarda e conservação.

Art. 4º Por ocasião do pagamento dos recursos constantes no Anexo Único, o Ordenador de Despesas deverá observar a regularidade da apresentação da prestação de contas pela Unidade Executiva.

Art. 5º Após a execução do presente recurso, a unidade Executiva - UEx do Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília - CEP-EMB deverá apresentar a prestação de contas anual do CIVEBRA no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) apartado da Prestação de Contas do PDAF ordinário, que será inicialmente composto:

I- Portaria referente à descentralização do recurso;

II - documento de aprovação da destinação dos recursos pelo Conselho Escolar, até que seja regulamentado modelo próprio.

Art. 6º Todas as aquisições com recursos do PDAF devem estar inseridas em documento de aprovação da destinação dos recursos pelo Conselho Escolar, até que seja regulamentado modelo próprio da Unidade Executiva, previamente aprovada pelo órgão interno de deliberação da UEx e cumprir as determinações contidas na Lei nº 6.023/2017, acrescidos dos procedimentos abaixo elencados:

I – pagamento por meio de cheque nominativo ou por transferência eletrônica ao próprio fornecedor do produto e/ou serviço;

II – anexação das cópias dos cheques emitidos ao processo ou comprovantes das transferências bancárias;

III – identificação na nota fiscal do CEP-EMB a que se destinam os recursos; e

IV – ateste de recebimentos dos produtos e/ou execução dos serviços, que deverão ser assinados por servidores regularmente lotados na Unidade Escolar contemplada.

Art. 7º Por ocasião do pagamento aos fornecedores, obrigatoriamente deverá ser verificado, pela Unidade Executiva, a regularidade fiscal da empresa junto à Secretaria da